

CORREIO ECONÔMICO

POR
ANDRE SOUZA

Ilustração/Imagem gerada por IA



Texto engloba entidades e templos de qualquer culto.

Câmara aprova PEC sobre imunidade tributária religiosa

A Câmara dos Deputados aprovou, em dois turnos, a PEC 5/23, que amplia a imunidade tributária para entidades religiosas e templos de qualquer culto. O texto estende a isenção a tributos incidentes sobre a compra de bens e serviços usados na implantação, manutenção e funcionamento dessas instituições. A proposta também inclui creches, comunidades terapêuticas, monastérios, seminários, conventos e atividades socioassistenciais sem fins lucrativos ligadas às entidades religiosas. A PEC, de autoria do deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), segue agora para análise do Senado. Defensores afirmam que a medida busca adequar a legislação ao novo modelo tributário do consumo previsto na reforma tributária.

TCU questiona recuperação dos Correios

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou ajustes no plano de recuperação financeira dos Correios e alertou para riscos fiscais na operação. O órgão questiona a falta de análises técnicas mais profundas sobre um empréstimo de R\$ 12 bilhões garantido pela União. Apesar das críticas, o tribunal manteve o plano e deu 120 dias para o governo criar mecanismos de controle e monitoramento.

Ilustração/Imagem gerada por IA



Projeto amplia cobertura contra perdas climáticas

Câmara aprova reforma do seguro rural

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2951/24, que reformula o seguro rural no país. A proposta prevê juros menores e prioridade no acesso ao crédito rural para produtores com operações amparadas por seguro. O texto também cria um fundo com recursos públicos para subsidiar parte do prêmio pago pelos agricultores e amplia mecanismos de cobertura contra perdas climáticas e eventos extremos. Como os deputados fizeram mudanças no projeto original, a matéria retorna ao Senado para nova análise e votação final.

iFood e Keeta na mira da Senacon

A Secretaria Nacional do Consumidor abriu processos administrativos contra iFood e Keeta por descumprimento das regras de transparência previstas na Portaria nº 61/2026. As plataformas são acusadas de não detalhar a divisão dos valores pagos em entregas (taxas e repasses a entregadores e estabelecimentos). As empresas terão 20 dias para apresentar defesa e podem receber multas de até R\$ 14 milhões.

Taxa de Desemprego

A taxa de desemprego no Brasil ficou em 5,8% no trimestre encerrado em abril, segundo a PNAD Contínua divulgada pelo IBGE. O índice subiu 0,4 ponto percentual em relação ao trimestre anterior, mas caiu 0,8 ponto na comparação anual. Cerca de 6,3 milhões de brasileiros procuravam trabalho no período.

Reforma Tributária

A Receita Federal e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) prorrogaram até 15 de junho, às 18h, o prazo para envio de sugestões ao regulamento da Reforma Tributária sobre o consumo. O IBS substituirá ICMS e ISS no novo sistema tributário. As sugestões podem ser enviadas pelas entidades de forma online.

Novos empregos I

O Brasil criou 85,8 mil vagas com carteira assinada em abril, segundo dados do Novo Caged divulgados pelo Ministério do Trabalho. O saldo é resultado de 2,26 milhões de admissões e 2,18 milhões de desligamentos no período. Apesar do resultado positivo, o número representa o menor saldo mensal registrado em 2026 até agora.

Novos empregos II

O setor de serviços liderou a geração de empregos formais em abril, com saldo de cerca de 69 mil vagas, segundo o Novo Caged. A construção civil abriu 23,5 mil postos de trabalho e a indústria criou 9,2 mil vagas no período. Já comércio e agropecuária registraram fechamento de postos. No acumulado do ano, o país soma cerca de 700 mil empregos formais criados.

Fertilizantes I

Projeto de lei aprovado na Câmara prevê até R\$ 10 bi em subsídios, ao longo de cinco anos, para incentivar novas fábricas de fertilizantes no Brasil e ampliar ou modernizar unidades já existentes. O texto cria o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert) e estabelece limite anual de R\$ 2 bi em créditos fiscais.

Fertilizantes II

A proposta agora volta ao Senado. O texto também prevê isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) para empreendimentos aprovados no Profert entre 2027 e 2031. Empresas habilitadas poderão obter créditos se usarem tecnologias para reduzir emissões de gases de efeito estufa.



Preços devem chegar nas bombas nos próximos dias

Gasolina sobe R\$ 0,48 a partir desta sexta-feira(29)

Aumento ocorre dias após governo decretar subsídios a combustíveis

Da Redação

A Petrobras anunciou um reajuste no preço da gasolina “A” vendida às distribuidoras de R\$ 0,48 por litro. O aumento começa a valer a partir desta sexta-feira (29) e será aplicado na etapa de distribuição, podendo chegar ao consumidor final de forma gradual, conforme a reposição dos estoques e a política de repasse adotada por cada agente da cadeia de combustíveis.

Segundo a estatal, será aplicado um desconto de R\$ 0,44 por litro sobre o reajuste anunciado, o que reduz o aumento efetivo para R\$ 0,04 por litro. A medida foi definida em conjunto com o governo federal e integra um mecanismo de compensação de preços aplicado ao setor de combustíveis. Na última segunda-feira(25), o Presidente Lula decretou subsídio de R\$ 0,44 por litro de gasolina, com validade de dois meses.

De acordo com o governo, o subsídio será repassado diretamente a produtores e importadores de gasolina por meio da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O objetivo é reduzir a variação de preços no mercado interno e diminuir o impacto de aumentos externos sobre os combustíveis comercializados no país.

O preço final ao consumidor depende de uma série de fatores ao longo da cadeia, como tribu-

tos federais e estaduais, como ICMS, custos de transporte e distribuição, mistura obrigatória de etanol anidro na gasolina e margens de revenda aplicadas por postos e distribuidoras. Por esse motivo, o reajuste anunciado pela Petrobras não tem repasse igual em todas as regiões.

A Petrobras informa que os preços praticados seguem critérios de mercado, com referência à paridade internacional do petróleo e à variação da taxa de câmbio. Segundo a empresa, a política de preços considera o comportamento do mercado global de energia e as condições de oferta e demanda.

O setor de combustíveis é acompanhado pelo governo federal devido ao impacto sobre a inflação. Variações nos preços da gasolina influenciam custos de transporte, logística e parte da cadeia de alimentos e serviços, que compõem os índices de preços utilizados em indicadores econômicos.

De acordo com a Agência Nacional do Petróleo(ANP), os preços dos combustíveis variam entre estados e postos. A gasolina comum é comercializada, em média, entre R\$ 6,60 e R\$ 6,80 por litro. O etanol hidratado aparece em faixa média de R\$ 4,20 a R\$ 4,90 por litro, podendo ser encontrado em alguns locais abaixo desse intervalo. Já o diesel S-10 tem preço médio em torno de R\$ 7,00 a R\$ 7,30 por litro.